

TEXTO PARA DISCUSSÃO



*Terra em Transe: Hegemonia e (Des) ordem
no Sistema de Estados*

Jaime César Coelho

N° 06/2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88049-970 – Florianópolis – Santa Catarina
Tel.: (48) 3721.9458 – Fax.: (48) 3721.9776
www.cse.ufsc.br/gecon

TERRA EM TRANSE: HEGEMONIA E (DES) ORDEM NO SISTEMA DE ESTADOS

Jaime César Coelho¹

“Verdade, mentira, certeza, incerteza...”

Aquele cego ali na estrada também conhece estas palavras.

Sobre o mais alto dos joelhos cruzados.

Bem: verdade, mentira, certeza, incerteza o que são?

O cego pára na estrada,

Desliguei as mãos de cima do joelho,

Verdade, mentira, certeza, incerteza são as mesmas?

Qualquer coisa mudou numa parte da realidade – os meus joelhos e as minhas mãos.

Qual é a ciência que tem conhecimento para isto?

O cego continua o seu caminho e eu não faço mais gestos.

Já não é a mesma hora, nem a mesma gente, nem nada igual.

Ser real é isto.”(PESSOA, Fernando; 1998:239)

A virada do milênio foi marcada por um sentimento de profundas incertezas nos planos político e econômico. O crescimento do sentimento de incerteza guarda estreita relação com a série de eventos supostamente imponderáveis que atormentaram a vida de populações inteiras nestes últimos anos. Se a natureza é um todo incontrolável, podendo o ser humano agir de maneira parcial para controlar e diminuir o grau de incertezas em relação aos fenômenos que lhes são próprios, a sociedade também produz acontecimentos cujas conseqüências nem sempre são previamente conhecidas. São a estes fenômenos que estamos nos referindo. No plano econômico a falta de coordenação adequada e de um regime claro de regulação dos fluxos de capital produziu a intensificação da volatilidade nos preços dos principais ativos transacionáveis. As crises financeiras da segunda metade dos anos noventa são exemplares neste aspecto. Por sua vez, será no plano político que a incerteza tomará contornos mais profundos, fundamentalmente depois do onze de setembro.

O recrudescimento de atos terroristas, agora não mais circunscritos à margem do centro cíclico da acumulação, mas ao contrário, atingindo o centro do poder e da acumulação de riqueza geraram uma sintomatologia perigosa de pânico, que pode resultar num apelo à ordem, cujas conseqüências são no limite o cerceamento das liberdades civis. Em determinado momento, a partir dos anos oitenta, assistimos à proliferação de regimes democráticos em consonância com a desregulamentação econômica e o avanço das transações econômicas internacionais. A partir da segunda metade dos anos noventa este casamento entre a democracia e o mercado parece dar sinais de esgotamento, para não dizer de incompatibilidade plena. As verdades tomadas cegamente no plano do mantra do mercado

¹ Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

foram cedendo lugar aos meandros obscuros da incerteza, e ao neoliberalismo juntou-se o neoconservadorismo.

“A cena internacional oferece um complexo de situações políticas e jurídicas inusitadas na história moderna, sobretudo nas grandes formações democráticas do Ocidente. Liberdades e direitos recebem freios, o que soma-se às ameaças a garantias tradicionais. A situação do mundo externo aos referidos países é mais angustiante: ou nunca tiveram a democracia ou esta é vista com desconfiança. É pouco alentador o horizonte para as Nações Unidas. Depois das guerras mundiais que tragaram milhões de corpos, novos conflitos armados anunciam tragédias: movimentos terroristas chegam aos artefatos do medo, bombas atômicas carregadas em valises.

O diagnóstico de Hobbes vem a propósito: o poder passa pelo ódio mútuo dos particulares e dos Estados. O fundamento do direito internacional consiste na defesa própria contra a morte e “as dores que a precedem”. O medo entrelaça discursos dos que dirigem as potências e os de seus inimigos. Todos se espreitam e pregam o desaparecimento físico e espiritual de quem recusa os ditados da força.”(ROMANO, 2004:15)

O medo neste grau de intensidade deriva em pânico, elevando os níveis de risco ao obscuro terreno das incertezas. Por incerteza concebemos um estado onde a capacidade de gerar cálculos racionais vê-se profundamente estrangida, diferentemente do risco, o qual aceita determinado grau de previsibilidade, mesmo que numa relação inversamente proporcional. Incerteza e risco são próprios das relações de poder e fazem parte das estruturas dos cálculos e das tomadas de decisão; levando-se em consideração que os atores são dotados de capacidades cognitivas limitadas e que as técnicas de coleta de informações refletem este estrangimento, quanto maiores os níveis de incerteza, maiores serão as possibilidades de geração de manias e pânico¹. A combinação de incerteza, manias e pânico resulta num comportamento de ciclotimia, que pode ser verificado tanto nos indivíduos como em agrupamentos sociais. Este modo-de-ser/estar no mundo cria uma ontologia cujo sentimento de transitoriedade beira a anomia e produz manifestações que oscilam da euforia ao pânico. Quando levado ao limite um tal estado de relações pode resultar em reações desesperadas de retorno à ordem e de controle. No rastro disto assistimos ao ressurgimento de diversos tipos de fundamentalismos.

“Outro sintoma da transição já em andamento nas décadas finais do século XX é o crescimento dos assim chamados fundamentalismos. Desde o colapso da União Soviética, os grandes ideólogos de geopolítica e os teóricos do fim da História propuseram, consistentemente, os fundamentalismos como o principal perigo que desafia a ordem e a estabilidade mundiais. Fundamentalismo, entretanto, é uma pobre e confusa categoria que agrupa fenômenos amplamente incompatíveis. Em geral, pode-se dizer que os fundamentalismos, diversos como podem parecer, estão ligados pelo fato de serem vistos de dentro e de fora como movimentos antimodernistas, ressurreições de identidades e valores primordiais; eles são concebidos como uma espécie de fluxo reverso histórico, uma desmodernização. É mais exato e útil, entretanto, compreender os diversos fundamentalismos não como recriação de um

¹ Ambientes de incerteza são próprios de sistemas de regulação que favorecem toda sorte de atitudes oportunistas (fraudes, pilhagem, corrupção, etc). A incerteza cria possibilidades de manipulação de expectativas. Creio que é oportuno que façamos um exercício de apropriação conceitual deste tipo de ambiente, tão próprio ao campo econômico nas fases de expansão financeira, para o campo político. Uma abordagem fascinante sobre as histórias das crises financeiras pode ser encontrada em Kindleberger (2000).

mundo pré-moderno, mas ao contrário, como um poderoso repúdio à transição histórica contemporânea em curso.”(HARDT, M. e NEGRI, A., 2001:164)

O que sustentamos, a partir destas premissas, é que a atual funcionalidade do Sistema de Estados é geradora de incertezas e cria uma sensação permanente de transitoriedade e precariedade que produz reações de violência e destruição, o que mina as bases da democracia. Cabe ressaltar que subjacente à esta funcionalidade há uma forte correlação entre a ciclotimia no campo econômico e no campo político, cujo cenário nos remete a uma relação espaço-temporal de transitoriedade: terra em transe. Isto gera alguns paradoxos: 1) quanto maiores as liberdades para o capital, maiores são os constrangimentos sociais e políticos, o que dialeticamente limita as bases para a acumulação; 2) a estabilidade econômica, nos marcos do novo-constitucionalismo², gera instabilidade política e social, o que conduz por sua vez à instabilidade econômica.

Um sistema produtor de riquezas e destruição em larga escala

O modo-de-produção capitalista tem como fundamento a necessidade permanente de acumulação ampliada. Os limites desta acumulação não são previamente concebidos por cálculos racionais ou planejamento de qualquer espécie (Marx).

“A necessidade de expansão constante do mercado impele a burguesia a estender-se por todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. (...) A burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo, em todos os países, por meio da exploração do mercado mundial. E para desespero dos reacionários, ela retirou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo dia-a-dia. Em seu lugar surgem novas indústrias, como necessidade imperativa para a sobrevivência das nações civilizadas, cujas matérias primas já não são mais as próprias dos referidos países, mas, provêm das mais longínquas regiões. (...) As autosuficiências nacionais e os conseqüentes isolamentos locais de antigamente desapareceram para dar lugar, por toda parte, a um intercâmbio e interdependência universais. É um fenômeno que abarca a produção tanto material quanto intelectual. (...) Graças ao vertiginoso desenvolvimento dos meios de produção e às facilidades incríveis dos meios de comunicação, a burguesia consegue atrair irresistivelmente todas as nações, mesmo as mais atrasadas, para seu modelo de civilização. (...) O sistema burguês de produção, de troca e de propriedade da sociedade moderna lembra um feiticeiro que já não consegue controlar os poderes infernais desencadeados por suas palavras mágicas.” (MARX [1872], 1984:22-23)

A produção do espaço, num sistema que tem como móvel principal o lucro, engendra uma conformação física e humana que gera tensões permanentes entre os interesses particulares e públicos.³ Deixado ao seu livre curso, sem peias nem limites, o modo-de-produção produz crises e desordem.

² Mais adiante retomaremos com maior detalhamento este conceito, a partir das leituras que fazemos da abordagem gramsciana de Setephen Gill.

³ É interessante observar que a tensão entre o “público” e o “privado” no mundo contemporâneo parece atingir toda forma de expressão das relações humanas, invertendo seus significados: o que seria da ordem privada passa a ter um controle público (as relações intersubjetivas: as paixões, a vida familiar, etc) e o que deveria ser público, ou seja, as decisões que afetam a distribuição da riqueza, passa a ser privatizado. O mundo imagético do capital privatiza o poder e publiciza a intimidade.

“O brilho do método dialético de Marx, reconhecido por exemplo por Arendt, consiste em mostrar que a liberalização do mercado – o credo dos liberais e neoliberais- não produz uma situação harmoniosa em que a condição de todos é melhor. Produz em vez disso níveis ainda mais elevados de desigualdade social (como de fato tem sido a tendência nos últimos trinta anos de liberalismo, particularmente em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, que seguiram mais estritamente essa linha política). E também produz, como Marx prevê, sérias e crescentes instabilidades que culminam em crises crônicas de sobreacumulação (do tipo que ora testemunhamos).”(HARVEY, 2003:120)

Ao mesmo tempo o capitalismo é um sistema “totalizante”, que necessita destruir para criar (Schumpeter), ou seja, a lógica concorrencial, desde os processos de acumulação primitiva, é concentradora e centralizadora de poder e riqueza. Esta dinâmica de enclausuramento continua viva e atinge todos os domínios da vida, dos mais nucleares aos mais macroscópicos. Quanto maiores são a escala e o escopo do consumo e da produção, maiores são os desafios para conciliar bem-estar e sustentabilidade. Estes “cercamentos” no mundo contemporâneo reproduzem as polarizações e assimetrias típicas do desenvolvimento capitalista e do funcionamento do Sistema de Estados⁴, endogeneizando os conflitos e a violência nas suas mais diferentes formas.

“A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grande companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (...). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de “expropriação de terras comuns”.(Idem:123)

A concorrência encontra limites físicos, técnicos e políticos, o que produz uma dinâmica cíclica em termos de acumulação e poder (ARRIGHI, 1996). A acumulação material ampliada só é possível pela acumulação política, ao mesmo tempo em que a acumulação de poder é potencializada pela acumulação material. É fundamental que tenhamos em consideração a relação existente entre a formação da soberania Estatal, na forma constitutiva dos Estados Nacionais e o processo de expansão do modo-de-produção capitalista (POLANYI).

⁴ “Desde o século XVI, a polarização da riqueza e do poder mundial esteve por trás da competição entre os Estados e de quase todas as suas grandes guerras e a pauperização social esteve por trás do conflito entre as classes, e de inúmeras guerras civis, dentro dos próprios Estados territoriais. Foi no momento em que se expandia o império espanhol, logo depois da eleição de Carlos V como imperador do Sacro Império Romano-Germânico, em 1519, e da Reforma Luterana, em 1517/20, que as rebeliões sociais camponesas somaram-se às guerras religiosas, durante o processo de formação dos primeiros Estados nacionais europeus. Mais tarde, no século XIX, a expansão do império inglês foi contemporânea da “era das revoluções”, começando na Bastilha, em 1789, passando pelas revoluções de 1830 e 1848, e culminando com a Comuna de Paris, em 1871.” (FIORI, 2001:69)

“O sistema mercantil (*que está na base do sistema capitalista, mas que não é sua identidade: grifo nosso*) foi, na verdade, uma resposta a vários desafios. Do ponto de vista político, o estado centralizado era uma nova criação, estimulada pela Revolução Comercial que mudara o centro de gravidade do mundo ocidental do Mediterrâneo para as costas do Atlântico, compelindo, assim, os povos atrasados de grandes países agrários a se organizarem para o comércio e os negócios. Na política externa, o estabelecimento de um poder soberano era a necessidade do dia; a nova política estatal mercantilista envolvia a disciplina dos recursos de todo território nacional para os objetos do poder nos assuntos externos. Na política interna, a unificação de países fragmentados pelo particularismo feudal e municipal foi o subproduto necessário a um tal empreendimento. Do ponto de vista econômico, o instrumento de unificação foi o capital, i.e., os recursos privados disponíveis sob a forma de dinheiro acumulado, e portanto, peculiarmente adequado para o desenvolvimento do comércio. Finalmente, a técnica administrativa subjacente à política econômica do governo central foi fornecida pela ampliação do sistema municipal tradicional ao território mais amplo do estado.”(POLANYI, 2000:96)

A concorrência interestatal na origem do Sistema de Estados moderno foi um palco privilegiado, ou o terreno fértil para a expansão da competição capitalista (TILLY, 1996). Estado, mercado e sociedade formam uma tríade inseparável, como o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Intermediando esta relação está o dinheiro. Poder e capital são portanto as duas faces de um mesmo fenômeno: a acumulação ampliada. O capital necessita do Estado e o Estado ordena a concorrência no plano interno, garantindo a legitimação social. Dizer que a expansão material depende de uma superestrutura jurídico-formal não significa afirmar que o capital confunde-se com o Estado num sentido genérico e com o Estado Nacional num sentido específico, mas que a evolução deste último esteve associada ao capital e vice-versa. Como o Estado é mais que o capital, em sua composição política, bem como o capital não é um todo homogêneo em termos de representação, temos que os interesses concretos que resultam em políticas públicas nem sempre são idênticos aos interesses das partes do ponto de vista da acumulação da riqueza e do poder. Assim como nem toda forma de acumulação de riqueza e poder é legítima, posto que a coesão social depende de práticas públicas que sejam respaldadas em *habitus* (Bourdieu) e práticas socialmente aceitas.

Esta relação do plano da acumulação do poder e da riqueza com o sistema de representação e legitimação de interesses configura lógicas internas de desenvolvimento específicas e instituições que guardam relações com práticas localizadas. O que a economia-mundo (BRAUDEL, 1996) cria é uma interpenetração de lógicas de acumulação de poder e riqueza, que no caso da economia capitalista, faz preponderar determinadas relações sociais sob as bases da produção de mais-valor.

No plano externo, a figura do Estado Nacional serve como elemento de construção de espaços para a acumulação, quando os limites da produção de valor encontram-se restringidos internamente. Mas nem sempre as forças dinâmicas da acumulação coincidem com os regimes internacionais, em termos de ordenação dos fluxos materiais e das trocas simbólicas. A fração dinâmica do capital, nestas ocasiões, opera para transformar as relações internas de poder e reordenar as instâncias de governança internacional. Na ordem burguesa esta expansão não pode ser consubstanciada sem que os elementos internos de coesão estejam dados, ao mesmo tempo em que a expansão é um dos elementos da coesão. Não raras foram as vezes em que a expansão territorialista serviu de amalgama de relações internas conflituosas entre classes ou

frações de classe⁵. A maneira pela qual uma ou outra hegemonia funcionará, numa perspectiva histórico-comparativa, dependerá das forças sociais em ação e das características técnico-materiais da acumulação. Este processo alimenta-se por um fluxo dialético de interesses entre o espaço do território nacional e a economia-mundo.

“(…) we cannot ignore the internal sócio-political structures of states when studying their foreign policies. The national strategies of states always operate to mediate domestic and external socio-economic and political drives, and the stability of inter-state systems depends upon a fit between these internal and external arrangements of the main states. Before the First World War European systems of domestic domination hinged on the mobilization of militarist and imperialist nationalism. This turned out to be an inter-state system that worked well internally but blew up externally. Today, it might be thought, we see the opposite pattern: a set of external mechanisms for stability (the ‘globalization’ regime) that tend towards internal strains and blow-outs.”(GOWAN, 2002: 55-56)

Estas relações são de extrema importância para situarmos as ações estratégicas do hegemom e podem ser verificadas quando analisamos as indicações de composição das estruturas de comando do sistema internacional de governança.⁶

Relações de Poder no Sistema de Estados: poder político e acumulação de capital

A fricção entre a apropriação da riqueza e a distribuição é algo imanente ao sistema, sendo que os mecanismos de regulação e desregulamentação podem oferecer maiores ou menores possibilidades de acumulação de poder e riqueza. Há nisto tudo um *trade-off* entre a acumulação da riqueza e do poder e a estabilidade política e social, se objetivarmos esta conjunção num regime de liberdades civis e representação democrática. Os momentos de maior estabilidade sistêmica são aqueles onde a ordenação jurídico-formal é capaz de conciliar aumentos positivos da fronteira de produção com mecanismos de repartição dos benefícios em termos de poder e riqueza. Durante a *pax americana* isto pode ser claramente observado nos trinta anos em que vigorou o regime de Bretton Woods (1945-73). Ao contrário, quando a acumulação dá-se sob a predominância de jogos de tipo soma-zero, estratégias de liderança são substituídas por estratégias coercitivas, algo que parece estar na

⁵ Para Lênin a Guerra e a conquista territoriais são inseparáveis da lógica imperialista, sendo esta o desdobramento último da concorrência capitalista. “La particularidad fundamental del capitalismo moderno consiste en la dominación de las asociaciones monopolistas de los grandes patronos. Dichos monopolios adquieren la máxima solidez cuando reúnen en sus manos todas las fuentes de materias primas, y ya hemos visto con qué ardor los grupos internacionales de capitalistas se esfuerzan por quitar al adversario toda posibilidad de competencia, por adquirir, por ejemplo, las tierras que contienen mineral de hierro, yacimientos de petróleo, etc. La posesión de colonias es lo único que garantiza de una manera completa el éxito del monopolio contra todas las contingencias de la lucha con el adversario, aun cuando este procure defenderse mediante una ley que implante el monopolio del Estado. Cuanto más desarrollado está el capitalismo, cuanto más sensible se hace la insuficiencia de materias primas, cuanto más árdua es la competencia y la busca de fuentes de materias primas em todo el mundo, tanto más encarnizada es la lucha por la adquisición de colonias.” (LENIN, [1917] 1976:452) Embora o próprio Lênin chame atenção para novas formas de exploração, especialmente as de caráter rentista, que viriam a predominar durante os anos de glória da hegemonia estadunidense, é forçoso admitir que na base dos deslocamentos militares do hegemom, na Ásia central e no oriente médio, praticamente cem anos depois do texto supra-citado, estamos diante de uma clara ação territorialista em torno de recursos primários estratégicos.

⁶ Um tratamento numérico (quantitativo) destas relações de poder, correlacionando os indicadores de poder com os de acumulação material, pode ser encontrado em COELHO, Jaime Cesar (2002). Algo semelhante, ou seja, indicadores correlacionando o produto com a Paridade de Poder Compra são elaborados sistematicamente pelo World Bank Group e permitem análises comparativas que, de alguma maneira, diminuam o viés do câmbio nas observações sobre o produto. A este respeito um tratamento com dados atualizados pode ser encontrado em DUPAS, G. (2005).

base da instabilidade e dos conflitos que vimos assistindo desde o início do governo de George W. Bush. Esta ação de tipo soma-zero parece fundada, em boa medida, nas dificuldades de mediação de interesses entre as frações de classe no interior dos EUA e na reordenação geoespacial da competição interestatal pós-guerra fria.

“Pouco antes das eleições alemãs de 2002, a ministra da Justiça da Alemanha causou furor ao sugerir que o aventureirismo do governo Bush no exterior se destinava a distrair a atenção de suas dificuldades domésticas. O erro da ministra foi acrescentar que essa também fora uma das táticas de Hitler – e isso lhe custou o cargo. (...) Essa idéia merece séria consideração no caso, pois a condição interna dos Estados Unidos durante 2002 estava em muitos aspectos mais perigosa do que o fora durante anos. A recessão iniciada no começo de 2001 (e que se acentuou devido ao choque de 11 de setembro) não cedia. O desemprego crescia e era palpável a sensação de insegurança econômica. Os escândalos corporativos se sucediam em cascata e impérios empresariais aparentemente sólidos se dissolviam literalmente da noite para o dia. Erros contábeis (bem como a corrupção pura e simples), bem como brechas na regulamentação estavam desmoralizando Wall Street, e as ações e outros ativos estavam despencando. Os fundos de pensão perderam entre um quarto e um terço de seu valor (quando não evaporaram de vez, como ocorreu com os fundos dos empregados da Enron), e as perspectivas de aposentadoria da classe média sofreram um rude golpe. A assistência médica estava em profunda crise, os superávits dos governos federal, estaduais e locais estavam se evaporando com rapidez e os déficits começaram a aumentar sem cessar. O saldo comercial das operações com o resto do mundo ia de mal a pior, tendo os Estados Unidos se tornado a maior nação devedora de todos os tempos. A desigualdade social vinha aumentando havia muito, mas o fetiche do corte de impostos pelo governo parecia voltado claramente para acentuá-la. As proteções ambientais estavam sendo ignoradas, havendo uma profunda relutância em voltar a impor um arcabouço regulatório aos mercados mesmo diante de provas claras do fracasso destes. Para completar, o presidente fora eleito por uma votação de cinco a quatro da Suprema Corte em vez de pelo voto.”(HARVEY, op. Cit: 20-21)

O onze de setembro desencadeou uma mudança fundamental em termos de panorama político para o governo Bush e produziu uma reação que alterou a posição estadunidense no plano das relações geoestratégicas, redefinindo os processos de dominação e liderança.

Aqui é preciso estabelecer uma taxionomia em termos de posição de poder no interior do sistema de Estados, algo de difícil aferição em termos quantitativos, mas que pode ser construído por meio de algumas correlações simples e determinação do posicionamento de poder dentro de algumas instituições internacionais. Esta classificação é necessária para que não caiamos no risco de colocar todas as relações interestatais num mesmo modo de relações de poder. Isto iria nos confundir quanto à classificação em termos de relações de liderança e relações dominação. É razoável supor que no plano da “estilização” conceitual façamos recortes precisos onde há muita mais complexidade em termos de fluxos de interesses e administração de conflitos. A realidade é, por suposto, muito maior que nossa capacidade cognitiva e analítica, mas a não tipificação implica reproduzir narrativas descritivas, que embora ricas em fatos e úteis para a exploração temática, produzem pouco conteúdo explicativo.

Assim nos propomos a correlacionar as variáveis clássicas para a definição de uma grande potência e por conseguinte de seus contrários: produção, população e capacidade militar. Seguimos, até certo ponto, algumas notas sobre a questão internacional de Gramsci,

que nos parecem úteis, pois sintetizam a relação entre o plano interno dos Estados Nacionais e o sistema internacional.

“O modo pelo qual se exprime o ser grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma⁷, que influa e repercuta sobre outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão. A força militar sintetiza o valor da extensão territorial (com população adequada, naturalmente) e do potencial econômico.” (Gramsci, 1988:191)

Gramsci prossegue chamando atenção para a posição geográfica como elemento importante, no que podemos agregar uma expressão: atributos específicos do país (posição geográfica e recursos estratégicos). Um maior ou menor grau destes atributos aproximam ou distanciam o país da posição polar de “grande potência” ou hegemon.⁸

Por seu turno a hegemonia é antes de tudo a capacidade de liderar, o que exige uma força moral e intelectual distintiva. Não basta que um país possua meios de coerção capazes de dissuadir a ação de outros competidores, faz-se necessário que se estabeleçam alianças e que as coalizões distribuam os custos da liderança, caso contrário cria-se o paradoxo do império: a expansão, vital para a sobrevivência do império, leva à hipertrofia. Por sua vez os custos distribuídos devem ser compensados por benefícios igualmente distribuídos. Esta relação, como já foi mencionado, não depende exclusivamente das relações externas, mas também das relações internas dos Estados Nacionais:

“Elemento “imponderável” é a posição “ideológica” que um país ocupa no mundo em cada momento determinado, enquanto considerado representante das forças progressistas da história (exemplo da França durante a Revolução de 1789 e o período napoleônico). (...) Deve-se considerar também na noção de grande potência o elemento “tranqüilidade interna”, isto é, o grau e a intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente; este elemento deve ser situado na avaliação da potência de cada Estado, mas adquire maior importância na consideração das grandes potências.” (idem:192)

Aqui nós podemos dividir os países em: 1) Centrais; 2) Intermediários; 3) Semi-periféricos e 4) Periféricos. Os primeiros compõe o núcleo dinâmico da acumulação e do poder (os países da tríade). Os segundos são países intermediários, economicamente desenvolvidos e politicamente alinhados aos países centrais (Austrália, Áustria, Dinamarca, Espanha, Suécia, Holanda, entre outros); são países economicamente fortes, mas com déficits

⁷ Esta autonomia é sempre relativa, pois relacional é poder, variando numa escala de zero à um o seu grau máximo seria o Império (um) e seu grau mínimo a colônia (zero). No atual Sistema de Estados esta autonomia relativa pode ser qualificada como soberania do Estado Nacional. Há uma relação direta entre soberania e desenvolvimento: “A soberania dos Estados garante às sociedades a sobrevivência no espaço e no tempo. Ela é co-essencial à vida coletiva das modernas reuniões humanas. Os países que dominam as técnicas de ponta possuem mais formas de vencer o tempo e o espaço, o que resulta numa soberania mais ampla e profunda, mais garantida. Isto não significa que eles sejam os únicos detentores da força anímica e somática para a produção de novas técnicas. Mesmo os EUA lutam, há bom tempo, para manter o ritmo de sua produção científica e tecnológica, inclusive por meio do uso intenso do *brain drain*, trazendo para si especialistas formados em países periféricos. Em data recente, o governo norte-americano lançou campanhas para a melhoria do ensino matemático nos estabelecimentos de ensino (...). A soberania, que ampliou e garante o papel hegemônico dos EUA no mundo, pode mudar. Outros países têm condições de assumir uma política nacional de desenvolvimento científico e técnico, de modo a produzir mais poder para seus Estados.”(ROMANO, op. Cit.: 23)

⁸ Substituiremos daqui por diante o termo grande potência por hegemon, pois consideramos que a definição dada por Gramsci refere-se à grande potência como a “potência hegemônica”.

de poder, por conta da ausência de alguns dos atributos específicos, tais como população, capacidade de destruição ou recursos naturais estratégicos. Os semi-periféricos estão na margem entre este núcleo central e a periferia, possuindo por vezes uma influência política maior que os países intermediários, porém ainda com atrasos econômicos e sociais que os distanciam deste grupo (Brasil, China, Índia e Federação Russa, compõe o subconjunto mais importante). É possivelmente neste grupo que se encontram os candidatos à grande potência. Por último os países periféricos, que ainda encontram-se na antiga divisão internacional do trabalho, como simples fornecedores de matérias primas de pouco interesse estratégico, altos índices de pobreza, baixo dinamismo econômico e capacidade de interferência política mínima.

O que nos interessa é determinar quais são os tipos de relações predominantes em cada uma destas intersecções de subconjuntos do Sistema de Estados. Neste aspecto podemos definir as relações a partir do binômio dominação e liderança. *Grosso Modo* sustentamos que as relações de tipo hegemônica predominaram, durante os anos da Guerra Fria, no interior do centro cíclico da acumulação e poder e entre este subconjunto e os países intermediários. A relação destes dois grupos com os países semi-periféricos hora foram de dominação, hora de liderança, dependendo de cada caso. E as relações entre o núcleo central e os países periféricos foram predominantemente de dominação, com enclaves de acumulação operando em sistema de exploração de recursos naturais.

As lógicas de acumulação ampliada nem sempre foram as mesmas, dependendo das relações espaço-temporais e da capacidade de cada Estado Nacional em articular seus interesses internos e liderar externamente os processos de expansão. A acumulação aparece hora por força de estratégias territorialistas, hora por mecanismos de persuasão, onde operam de forma mais eficaz os mecanismos de mercado (exportação do capital nas mais diferentes formas). Mesmo que haja uma combinação destas estratégias é importante diferenciá-las, pois isto nos permite evidenciar o movimento do ciclo em sua fase ascendente e descendente. As estratégias territorialistas são próprias da definição clássica de império, enquanto as estratégias de consenso e repartição de benefícios são mais adequadas ao exercício da hegemonia. No desenvolvimento capitalista podemos verificar, desde seu início esta alternância de processos, ou mesmo a combinação dos mesmos. Em geral o capital não guarda uma relação direta com a estratégia territorialista, embora em determinados momentos, para que se realize a produção de mais-valor ela pareça imprescindível.

A aparente desordem do Sistema de Estados, caracterizada pelo aumento da violência e da incerteza, não nos deve levar a conclusões precipitadas de que não há uma hierarquia e domínio no campo internacional. O que estes momentos evidenciam é o aumento da concorrência interestatal, com a possibilidade ou não de alteração no comando no sistema de Estado. Podemos observar empiricamente que, a despeito da inexistência do monopólio legítimo da força no plano externo e da proliferação de atores não estatais e mesmo marginais⁹ que concorrem com as estruturas formais de poder, há uma rede de acordos e alianças formais e tácitas que operam por meio de instituições multilaterais, privadas e não-governamentais e que servem como meios de transmissão da hierarquia no interior do Sistema de Estados. Se isto não fosse verdade estaríamos num cenário hobbesiano de luta de todos contra todos, num estado de permanente anomia. Não é este o caso.

⁹ Que operam à margem da lei internacional, por meio de atos ilegais e na maior parte das vezes ilegítimos (contrabando, tráfico de drogas, de pessoas, pirataria intelectual, etc).

Os momentos de transição hegemônica fazem-nos perceber o mundo como uma “terra em transe”, como um caos que necessita ser ordenado, mas mesmo nestes momentos, ou no teatro do aparente absurdo, operam forças que reproduzem as assimetrias de poder e riqueza. A maior interdependência gerada pelos processos de internacionalização financeira e produtiva fazem com que sintamos com maior proximidade, independente do lugar em que estejamos, os impactos decorrentes das disputas de interesses no plano econômico e político. Podemos supor, isto sim, que nos períodos de transição as referências ideológicas e simbólicas são colocadas em questão e os conflitos tornam-se mais epidérmicos, aflorando sobre a forma do dissenso e da violência. As estratégias territorialistas recentes do hegemom são uma demonstração cabal de que estamos num momento como este.

Há um questionamento crescente da liderança “moral e intelectual” do hegemom, mas isto não lhe tirou, ainda não, dois elementos fundamentais do exercício da dominação: o poder das armas e do dinheiro.

“Desde todos os pontos de vista, o mundo nunca esteve tão longe de qualquer coisa que se possa chamar de hegemonia. Os Estados Unidos defendem, há duas décadas, a desregulação de todos os mercados e sistemas de comunicação, energia e transportes. E vem abandonando, sucessivamente, todos os acordos, compromissos e regimes internacionais que afetem sua capacidade de ação unilateral. Sua moeda, agora, é rigorosamente universal e não obedece nenhum regime, apenas às decisões soberanas do FED. Sua economia nacional conquistou espaços fundamentais na direção da globalização de sua moeda, dívida e sistema de tributação. Mas, ao mesmo tempo, estilhaçou-se o apoio à sua liderança moral-internacional, e cada uma das Grandes Potências dedica-se a “recolher os cacos” e redefinir seus interesses e espaços de influência, à sombra do hiperpoder norte-americano.”(FIORI, 2004: p. 55)

Tudo indica que as afirmações de Fiori são coerentes com os movimentos atuais dos EUA, mas as ações americanas, embora estejam se afastando de uma clara liderança ideológica e portanto, perdendo o caráter hegemônico, não afastaram efetivamente o país do domínio dentro do sistema de Estados. Isto é um sintoma de alterações, de transitoriedades dentro do ciclo hegemônico liderado pelos EUA, mas não há indicações, ainda, de qual será a resultante. Neste aspecto, os EUA continuam a ser “A Grande Potência” (o hegemom) no sentido gramsciano. No plano das relações internacionais o fator desencadeante das transformações em curso foi sem dúvida o fim da bipolaridade que marcara o pós segunda-guerra. A queda do socialismo real possibilitou aos países do núcleo dinâmico da acumulação novas acomodações dentro do jogo do poder internacional. A constituição da União Européia e a criação de uma nova moeda com pretensões regionais criaram novas frentes competitivas para o hegemom. Estes elementos competitivos nunca deixaram de existir, apenas ganharam novas possibilidades com a queda da antiga União Soviética. Cabe ressaltar que é próprio da dinâmica do Sistema de Estados a competição, posto que é próprio da acumulação capitalista a propensão à concentração e centralização (busca do lucro monopólico). Contudo o capital não se confunde com os Estados, a expansão material no plano espacial, cria novas possibilidades de desenvolvimento, como verificou-se no pós-guerra com a expansão das economias européias e japonesa.

Recentemente esta expansão, em especial nas duas últimas décadas do século XX, abriu uma nova fronteira de valorização: leste e sudeste asiáticos. Esta expansão deu-se sob os jogos da Guerra fria, com o desenvolvimento a convite da Coreia e outros tigres asiáticos, mas não parou aí. No afã de conter o avanço soviético as relações sino-americanas resultaram numa das maiores histórias de acumulação acelerada da história do capitalismo. A China abre

efetivamente a possibilidade de uma transição do centro cíclico da acumulação. Este caminho não será fácil, posto que as resistências e as operações no sentido de conter esta modificação dependem de fatores que não estão restritos ao ritmo de crescimento e ao produto. O modelo de desenvolvimento chinês, com uma economia em forte crescimento, porém com elevado déficit democrático, cria obstáculos importantes para esta transição. Também é cedo para que saibamos quais serão os elementos internos de conflito que serão criados pela estratificação crescente da sociedade chinesa, mas certamente eles aparecerão criando pressões sobre o regime político. Assim como a acumulação acelerada da economia chinesa foi o produto de oportunidades externas geradas pelos jogos de poder internacional, aliadas às conformações políticas internas, mudanças políticas importantes podem afetar a atual dinâmica da acumulação de riqueza. Por enquanto a China vem acumulando mais riqueza que poder no plano internacional.

No plano financeiro os EUA continuam a comandar os rumos da política internacional, pois detém a única moeda de plena aceitação internacional. Neste campo também assistimos a questionamentos e instabilidades por conta dos déficits gêmeos que se acumulam nesta fase de afirmação do domínio estadunidense.

Há algo importante que não devemos esquecer: não há nenhum projeto anti-sistêmico com possibilidade de afirmação no horizonte próximo. A destruição da experiência soviética colocou por terra a grande bandeira anti-sistêmica dos séculos XIX e XX. Todas as disputas estão ocorrendo dentro do marco de produção capitalista e não há nenhum regime de acumulação radicalmente diferente daquilo que conhecemos como germen de qualquer proposta alternativa factível. Como salientamos, a experiência de maior crescimento e acumulação de riqueza contemporânea é a China, que se dá sob a conjunção de dois fatores: planejamento centralizado e mecanismos de mercado sob um regime político fechado às contestações internas. Isto não é novo na história do capitalismo e não parece indicar a semente de outra coisa senão a da própria expansão da fronteira de valorização.

Fiori (idem) salienta que os elementos disponíveis para a análise do sistema de estados não nos permitem indicar que o conceito de hegemonia seja suficiente para dar conta das relações internacionais:

“Concluindo, não há dúvida de que o Sistema Mundial está em transe e é bem provável que os Estado Unidos enfrentem dificuldades crescentes, nas próximas décadas, para manter o seu controle global. Mas não há evidências de que estas transformações sejam parte de uma crise terminal da hegemonia americana, e muito menos ainda, da *Modern World System*. (...) Mas o que fica claro em todos os autores e teorias que trabalham, de uma forma ou outra, com os conceitos de liderança ou hegemonia mundial, é que estes conceitos não são suficientes para dar conta do funcionamento do sistema político e econômico mundial. Eles têm um viés excessivamente funcionalista e não captam o movimento contínuo e contraditório das relações complementares e competitivas do hegemon com os demais estados do sistema durante sua ascensão, mas também não captam durante o seu “reinado”. Em quase todas estas teorias, o hegemon é uma “categoria virtual”, muito mais do que um estado real, como se ele não fosse o resultado de um conflito permanente e fosse apenas uma “exigência funcional”, imposta ou deduzida da natureza anárquica do sistema político (...)”p.18-19

Não há dúvida que os EUA enfrentam problemas para manter sua hegemonia, mas exatamente por estas razões supomos que o conceito de hegemonia é adequado para a análise

do Sistema de Estados, a medida que nos indica qual o estágio das disputas interestais. Quando as hegemônias são questionadas crescem as perspectivas supremacistas e a ação do hegemôn aproxima-se à do império. Isto pode ser verificado na capacidade de atuação para além da ordenação precária da institucionalidade internacional (o descumprimento das resoluções do Conselho de Segurança da ONU no caso do Iraque, a não assinatura do tratado de Quioto e a não aceitação de criação de um Tribunal Internacional, para citar alguns exemplos), ou então no controle direto sobre a mesma, como são os casos do FMI e do Grupo Banco Mundial.

Supremacia e Hegemonia no Sistema de Estados: o novo-constitucionalismo

As transformações recentes no interior do Sistema de Estados produziram uma complementariedade entre uma prática externa conflituosa, de caráter neoconservador e um discurso econômico neoliberal. As instituições de governança global foram sendo progressivamente preparadas para a formulação de políticas públicas, de caráter totalizante, cujo conteúdo preconiza mudanças constitucionais em direção ao alargamento das liberdades de acumulação em detrimento da ampliação dos espaços de tomada de decisão da sociedade civil. Este processo guarda em si sementes perigosas de apartação social e crise política.

“Since then (*anos setenta, grifo nosso*), a particular model of capitalist development-Anglo-American-liberalism – has tended to prevail in the politics of global restructuring. This model, in turn, is based on a set of institutions and practices which tend to promote social Darwinist reconfiguration of priorities, policies and outcomes. The most pervasive – and perverse – consequence of this shift has been a rapid deepening of social inequality within particular states and social formations, and between nations.”(GILL, 2003: 6)

A reprodução social deste modelo reveste-se do verniz da liberdade para criar um ambiente propício à acumulação, mas mina ao mesmo tempo os alicerces da soberania e contamina as relações interestatais com uma lógica competitiva de tipo soma-zero. Neste sentido estamos diante de um processo onde prevalecem as estratégias de supremacia em detrimento da formação de consensos.

“Indeed, when we introduce the issues of power and justice into our examination of neo-liberal forms of globalization, what is emerging is a politics of supremacy, rather than a politics of justice or hegemony, that is a sign of the impermanence of the prevailing form of world order. By a situation of supremacy I mean rule by a non-hegemonic bloc of forces that exercises dominance for a period over apparently fragmented populations until a coherent form of opposition emerges. In the present era, this supremacist bloc can be conceptualised as commensurate with the emergence of a market-based transnational free enterprise system dependent for its conditions of existence on a range of state-civil society complexes.”(Idem:6-7)

Esta estratégia implica disciplinar os organismos sociais para as práticas do mercado, socializando riscos e privatizando benefícios. À disciplina neoliberal somam-se as medidas de desconstitucionalização das conquistas do Estado de Bem-Estar e a constitucionalização, leia-se insulamento, dos direitos à propriedade, em suas mais diversas formas.

“I am suggesting that it has become the *de facto* strategy associated with the international dimension of American political-economic power. And more specifically, it is connected to what might be called the Wall Street-IMF-Treasury or financial complex and how that complex, obviously in the context of other elements of

the political economy, has been able to set the agenda for world economic restructuring over the last 20 years. I call the form of politico-economic power associated with this complex, disciplinary neo-liberalism.(...) Also a part of globalization involves mutations in forms of the state – the changes correspond to the economic developments (...). One example is adoption of liberal constitutions with specific clauses and measures to lock in commitments to neo-liberal economic policies, as well as treaties and other statutes to protect investor interests. It is also reflected in institutional arrangements such as independent central banks as well as balanced budgets amendments and laws. I call this political dimension of globalization the “new constitutionalism”.” (GILL, 2003b:14-15)

Os limites do novo-constitucionalismo

Uma Formação Econômica e Social (FES) engendra um conjunto complexo de instituições e não somente um tipo de propriedade ou de arranjo institucional. Neste aspecto, toda e qualquer análise sobre os constrangimentos ao desenvolvimento deve levar em consideração os elementos específicos de cada cultura, porquanto a natureza dos mercados, as forças políticas em disputa, as características culturais e a inserção externa, sendo esta cada vez mais importante em função da intensificação dos fluxos econômicos.

Caso não levemos em consideração estes supostos, teremos que aceitar a “primazia do mercado” e a conseqüente dedução lógica de que diferentes FES podem assimilar os mesmos receituários de políticas públicas e os mesmos mecanismos de regulação econômica. Parte significativa do PED (pensamento econômico dominante) advoga esta tese, em boa medida porque ela convém ao impulso das desregulamentações competitivas¹⁰, que tomou conta do cenário internacional a partir da década de oitenta. Neste sentido e por esta visão de mundo, o desenvolvimento é uma função do capital (da maior ou menor escassez do mesmo), sendo seu principal obstáculo os custos de transação produzidos por ambientes institucionais que interferem negativamente na alocação dos recursos. Aqui a oposição se dá entre o Estado (o Leviatã) e o mercado.

Esta perspectiva analítica omite uma série de fatores históricos. Parte de uma base dedutivista, que não se sustenta diante das histórias concretas dos países desenvolvidos. Se observarmos o desenvolvimento do capitalismo inglês, estadunidense, japonês e alemão, estaremos diante de complexos arranjos institucionais, produto de um longo aprendizado social onde Estado, Mercado e Sociedade, ou seja, onde as relações de poder e as instituições produziram especificidades, que em determinado momento histórico propiciaram o avanço das forças produtivas e o deslocamento positivo da produtividade.¹¹

O desenvolvimento do capitalismo esteve associado ao entrelaçamento do mercado com o Estado e um conjunto de valores que moldaram as instituições sociais.

Este entrelaçamento de diferentes esferas da vida social é lento e o resultado de um aprendizado social.

¹⁰ Por desregulamentações competitivas entendemos a série de medidas tomadas a partir da crise do sistema de Bretton Woods (1973) e que possibilitaram uma maior liberdade de movimentação do capital em suas diferentes formas.

¹¹ Para maiores detalhes sobre as trajetórias nacionais específicas ver: TEIXEIRA (1999), BRAGA, José C. de Souza (1999), TORRES F., Ernani Teixeira (1999).

“(…) there is a growing recognition of the conceptual significance and practical importance of institutions in economic life, but with varying outcomes in policy terms. Nevertheless, a view is emerging that economic coordination cannot ever be merely a matter of price signalling in markets, but is necessarily supported by a wide range of other economic and social institutions.” (HODGSON, 1998:5)

Além disto a aprendizagem social nos remete ao suposto de que todo processo cognitivo é social, assim sendo, historicamente referenciado.

“(…) the cognitive processes are essentially social (...): they involve the use of social language and concepts, and reflect ideas and practices which relate to a social culture. We are all individuals, and the totality of our knowledge and experience is unique, but the mechanisms of our perception and acquisition of knowledge are unavoidably social and unavoidably reflect social culture and practices.” (idem:7)

Qualquer tentativa de reduzir as histórias de sucesso de desenvolvimento ao mercado auto-regulado é uma aberração analítica. Seria mais adequado admitir que o avanço das forças produtivas é antes uma função dos ambientes institucionais, onde o mercado encontrou seus limites nas instituições societárias, que o contrário. Se o pensamento econômico dominante cria suas estórias e alimenta o imaginário social com o “mantra” do mercado é porque serve a determinados interesses que, nesta etapa da história do capitalismo, prevalecem nas relações de poder travadas no âmbito do sistema de estados e no interior das unidades soberanas a ele ligadas. “The role of power in shaping both organizational structures and culture is central.” (EVANS, 2004:4)

Sustentar a Primazia do Mercado¹², num ambiente onde o Estado é dominado por relações de compadrio e a captura de renda prepondera, torna-se uma tarefa de fácil execução. Os argumentos que ressaltam a impessoalidade das relações de mercado e a eficácia dos ambientes competitivos (com seu “ethos” de recompensas e penalidades¹³) têm forte apelo persuasivo.

Os inúmeros casos de corrupção, tanto nos países desenvolvidos como nos periféricos, mostram como é tênue o limite entre o público e o privado, quando as relações de poder envolvem mecanismos de troca e o dinheiro. Quem olhar para a história recente da América Latina e seus mecanismos de crescimento acelerado, poderá verificar como o Estado serviu a determinados interesses e como foi apropriado por grupos de interesses ávidos por repartir os recursos escassos.

O problema é que desconsiderar os mecanismos regulatórios e o papel delegado que as instituições devem e podem exercer, significa desconsiderar que o processo competitivo do capitalismo contemporâneo caracteriza-se por estruturas de mercado concentradas.

¹² “Uma suposição fundamental acerca da natureza do mercado e do Estado, na economia neoliberal, compartilhada até mesmo por economistas neoclássicos sem tendência neoliberal, é o que designo por hipótese da primazia do mercado – ou a suposição de que “no princípio, havia os mercados” (Williamson, 1975, p. 20). Segundo esta visão, o Estado, assim como as outras instituições extramercado, é encarado como um sucedâneo criado pelo homem e só surgiu quando as falhas de mercado se tornaram insuportáveis (Arrow, 1974, é o exemplo mais sofisticado dessa visão).” (CHANG, 2002:111)

¹³ Weber na Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, bem como Schumpeter em Democracia, Capitalismo e Socialismo, descreveram este “ethos”, ao mesmo tempo ambos ressaltaram a “racionalidade burocrática” das estruturas da modernidade capitalista.

A simples transferência patrimonial de ativos estatais para mãos privadas não garante o rompimento dos “elos burocráticos” e o fim da captura de rendas. Assim, é razoável supor que na oferta de bens públicos, sob estruturas de mercado concentradas, o poder se manifesta em alta intensidade. Onde há concentração de recursos, há concentração de poder e a sociedade tem que se precaver contra o poder de veto destas estruturas. Quando isto não se verifica, cria-se a possibilidade da crise, por meio da polarização crescente nos âmbitos político, econômico e social.

A crise política é o reflexo da falta de legitimidade das estruturas do poder e o resultado da crise social. Por mais paradoxal que possa parecer este quadro exigirá um Estado Forte, que se concentrará na clássica função do liberalismo econômico: poder de polícia para garantia dos direitos de propriedade.

Ao contrário do que muitos podem inferir, um Estado Forte não é incompatível com os desígnios do “mercado auto-regulado”. A construção do mercado auto-regulado pressupõe um Estado Forte, porém com legitimidade fraca, que mais cedo ou mais tarde poderá resultar na tirania: a tirania do mercado.

O mercado auto-regulado é uma construção social e produto de relações de interesses que devem ser consubstanciadas na esfera da política. É sabido que as prescrições de políticas públicas de corte liberal partem do pressuposto que a esfera política é geradora de custos de transação e que representa um obstáculo à perseguição de decisões ótimas. Enquanto o cálculo político leva em consideração o ciclo eleitoral, o cálculo econômico tem como parâmetro os “preços” e estes são o produto de relações impessoais de mercado, contratadas livremente. A saída liberal para este problema “eletivo” é criar espaços institucionais insulados da esfera de influência pública. De fato, as análises empíricas mostram-nos como as ações oportunistas, no campo das escolhas públicas, são recorrentes. O problema é que este raciocínio, levado ao limite, diminui as possibilidades de escolha dos cidadãos e aumenta em demasia o poder de veto do mercado. Em última instância o que o mercado exige é um limite à soberania popular.

As escolhas públicas têm imperfeições, seja porque a oferta de informações é ruim ou insuficiente, seja porque as capacidades cognitivas são limitadas. Porém, a alternativa à escolha pública é o poder exercido em alta intensidade (o poder discricionário), que no limite resulta em tirania. Pior do que um erro compartilhado coletivamente é a presunção de que um pequeno grupo pode decidir por todos. Neste aspecto, pensando no longo prazo, a sociedade deve ser maior que o mercado e o Estado. A aprendizagem social, por meio de acertos e erros, pode conduzir à dinâmicas sociais mais estáveis e duradouras, porque mais legítimas e que por si só representam uma ampliação das “capacidades” sociais, que por sua vez é uma importante força do desenvolvimento¹⁴.

A legitimidade é um elemento central nas relações societárias, pois sem ela, estaremos no campo do poder exercido exclusivamente pela força, que limita a expansão das “capacidades”, pois é um obstáculo permanente ao aprendizado social. Se o desenvolvimento é uma função dos ambientes institucionais, as instituições devem traduzir as expectativas da

¹⁴ Esta abordagem pode ser encontrada em SEN: “Sen defines “capabilities” as the set of valued things that it is feasible for person to do. The range of capabilities is enormously variegated – from having dependable access to adequate nourishment to having the possibility of being a respected participant in community life. Taken together, capabilities define the extent to which people can “to lead the kind of lives they value – and have reason to value”(Sen, 1999a: 18)” (EVANS, 2002:10)

sociedade e para tanto devem ser vistas e entendidas como fontes geradoras de bem-estar. O mercado é uma dentre outras instituições de uma sociedade e nem sempre as decisões tomadas no âmbito deste são compatíveis com os interesses públicos. Os inúmeros casos de danos ambientais e de geração de externalidades negativas comprovam esta afirmação.

O processo regulatório serve para aplacar os “interesses egoístas”, para conciliar, na medida do possível, os interesses individuais com os coletivos, para limitar os danos ou custos dos ganhos presentes para as gerações futuras. Tudo isto deve estar circunscrito numa difícil equação de normas, que diminuam a soberania do direito de propriedade, sem que se tolham os incentivos ao empreendimento e à inovação. Disto resulta que novos arranjos institucionais sejam estimulados e que a propriedade e as estruturas de mercado devem ser entendidas como produtos de relações sociais de um determinado tempo e espaço. Tomar o direito de propriedade como absoluto, como pressuposto para um ambiente propício aos negócios é um antídoto contra o fantasma da expropriação, mas corre-se o risco de naturalizar um direito que é historicamente construído, conforme relações sociais de cada época. Nas sociedades contemporâneas o direito de propriedade deve ser cada vez mais relativizado em função das externalidades que gera, mais ainda, deve estar subordinado a um contrato mais amplo: o contrato social.

“A segurança dos direitos de propriedade não pode ser encarada como algo bom em si. A história é pródiga em exemplos de preservação desses direitos que resultou nociva para o desenvolvimento econômico, assim como violações dos direitos de propriedade existentes (com a criação de outros novos) que foram benéficas para o desenvolvimento econômico. (...) Depois da Segunda Guerra Mundial, a reforma agrária no Japão, na Coreia e em Taiwan violou o direito de propriedade dos latifundiários, mas contribuiu para o subsequente desenvolvimento desses países. Muitos alegam que, no pós-guerra, a nacionalização de empresas industriais, em países como a Áustria e França, contribuiu para o seu desenvolvimento industrial à medida que transferiu certas propriedades industriais de uma classe capitalista conservadora e indolente para administradores profissionais do setor público, com inclinação para a tecnologia moderna e os investimentos agressivos. (...) O que importa para o desenvolvimento econômico não é, portanto, a mera proteção de todos os direitos de propriedade em vigor, independentemente de sua natureza, e sim qual direito de propriedade está sendo protegido e em que condições.” (CHANG, 2004:145)

Estado, Mercado e Regulação nas Sociedades periféricas.

A noção muito difundida da “primazia do mercado” teve seu momento de glória nos anos oitenta e noventa.

Por este princípio o sucesso dos países mais desenvolvidos esteve associado a um ambiente que valorizava o *laissez-faire*. Isto tem como pano de fundo a idéia equivocada de que o desenvolvimento é uma função da auto-regulação do mercado. Há numerosos exemplos históricos de que mesmo nos países desenvolvidos considerados mais liberais, como a Inglaterra e os EUA, o mercado constitui-se como uma dentre outras instituições societárias e sua evolução dependeu, em muitos aspectos, mais da inventividade regulatória que do “*animal spirit*” capitalista.

Esta intervenção estatal esteve presente na forma de subsídios, incentivos, proteções de mercado, conglomeração, fusões, incorporações e uma série de medidas que de alguma forma moldaram os mercados e possibilitaram que este ou aquele setor se desenvolvesse.

“Sendo a fonte intelectual das doutrinas modernas do laissez-faire e o único país que se pode gabar de ter praticado um livre-comércio total em determinada etapa de sua história, a Grã-Bretanha geralmente é considerada uma nação que se desenvolveu sem intervenção significativa do Estado. No entanto, isso está muito longe da verdade.”(CHANG, 2004:38)

Já no final do século XV tomavam-se medidas para fomentar a indústria têxtil (setor destacado da revolução industrial que marcaria os séculos seguintes, dando ímpeto à formação da indústria capitalista moderna).

“Segundo Defoe, antes de ser coroado, em 1485, Henrique VII foi uma espécie de refugiado na corte de sua tia, duquesa de Borgonha (...). Profundamente impressionado com a prosperidade dos Países Baixos, que se apoiavam na manufatura de lã, a partir de 1489, ele tratou de pôr em prática o plano de fomentar tal manufatura na Inglaterra. As medidas adotadas incluíram o envio de missões reais para identificar os lugares adequados à instalação das manufaturas, a contratação de mão-de-obra especializada dos Países Baixos, o aumento das tarifas e até mesmo a proibição temporária da exportação de lã Bruta (*como mecanismo de limitar aos países concorrentes acesso à matéria prima* – grifo nosso). (Idem:39-40)

Para se ter uma idéia do protecionismo Inglês, passados três séculos destas medidas iniciais de fomento à indústria nascente, entre 1821-1825 a renda alfandegária como porcentagem dos valores líquidos da importação alcançava 53,1% (NYE, *apud* CHANG, *op. cit.*).

Na Alemanha do século XIX, bem como no Japão, uma série de instituições foram criadas para dar impulso à industrialização, todas elas de alguma maneira voltadas para o aumento das capacidades (ex. ensino profissionalizante) ou para a regulação. Nem sempre a regulação serviu em tempos diferentes aos mesmos objetivos. Na Alemanha a cartelização era incentivada, como forma de dar força competitiva à indústria. Nos EUA, no fim do século XIX erigir-se-á uma lei antitruste, o famoso Sherman Antitrust Act de 1890. (CHANG, *idem*)

A regulamentação nos países desenvolvidos parece ter percorrido o caminho da proteção inicial às atividades nascentes, para só depois de fortalecidos os setores, serem abertas as economias. Isto durou alguns séculos e não apenas trinta ou quarenta anos, como ocorreu com os países periféricos no século XX. As instituições de proteção social e a democracia, seriam conquistas tardias dos séculos XIX e XX.

Embora este percurso seja fartamente documentado, nas duas últimas décadas do século XX os países periféricos foram condenados pelas instituições financeiras multilaterais (FMI e World Bank Group) por suas políticas e instituições ruins. Políticas estas que beneficiavam os mais ricos, que dificultavam o acesso à livre concorrência, que impediam o desenvolvimento das forças do mercado e, portanto, eram políticas desestimuladoras do investimento. Era preciso uma reforma profunda das instituições em direção à “boa governança”. Transformações radicais foram exigidas como contrapartidas ao acesso ao crédito internacional. Estas transformações colocaram em pauta reformas no âmbito administrativo e patrimonial do Estado, reformas nas relações de trabalho, bem como em

instituições chave como o Judiciário. Em síntese, abriu-se o caminho para as privatizações e para a desmontagem das estruturas estatais e dos contratos sociais característicos do período de substituição de importações e da Guerra Fria.

As instituições boas, segundo o pensamento econômico dominante (PED), são aquelas construídas no modelo anglo-saxão de desenvolvimento.

“(...) esse pacote de “instituições boas” geralmente inclui a democracia, uma burocracia e um judiciário limpos e eficientes; a forte proteção do direito de propriedade (privada), inclusive de propriedade intelectual; boas instituições de governança empresarial, sobretudo as exigências de divulgação de informação e a Lei de Falência; e instituições financeiras bem desenvolvidas.” (ibid:124)

Aqui temos alguns problemas. A introdução destas instituições nos países desenvolvidos foi resultado de um longo processo e, neste aspecto, o tempo guarda relação com a dinâmica de cada sociedade e com os custos envolvidos conforme estas sociedades foram desenvolvendo-se. A introdução rápida destas instituições, nos países periféricos, representa muitas vezes que estes tenham que arcar com custos muito elevados, além de suas possibilidades. A longo prazo, pode-se argumentar, os custos seriam compensados pela melhor eficácia institucional.

Ninguém duvida que transparência e participação sejam antídotos para o abuso do poder, a corrupção e as atitudes oportunistas de um modo geral, mas as sociedades são constituídas por diferentes atores e o campo dos países periféricos é bastante heterogêneo para que tenhamos fórmulas únicas para todos os países.

Nem sempre a introdução das instituições da “boa governança” leva ao êxito. Se observarmos as transições das antigas repúblicas socialistas do leste europeu e a transição chinesa, veremos diferenças significativas em termos de renda e bem estar. A rápida introdução dos princípios de uma economia capitalista no leste europeu conduziu estas sociedades ao declínio do bem-estar e da renda, enquanto a China, com seu modelo de “*um país dois sistemas*” vem apresentando as maiores taxas de crescimento do produto das duas últimas décadas.

Sem entrarmos em apreciações normativas sobre a dinâmica das instituições chinesas, se elas estão de acordo com os princípios ocidentais da democracia e da economia de mercado, o que parece ter operado a favor do crescimento chinês foi a capacidade de criar arranjos institucionais próprios, ao contrário das ex-repúblicas socialistas do leste-europeu que importaram instituições ocidentais destruindo seus sistemas de proteção social.

Se compararmos as taxas de crescimento das economias latino-americanas do período anterior à introdução das reformas liberais com as das duas últimas décadas, onde se fizeram as reformas, veremos diferenças significativas, para pior.

A introdução das “instituições da boa governança” nos países periféricos, em geral prega, aquilo que os países desenvolvidos demoraram anos para construir e omite que muito do desenvolvimento destes países deu-se pela adoção deliberada do que hoje se considera “políticas ruins”, em outras palavras, processos regulatórios que conferiam ao governo mecanismos de seletividade e direcionamento das atividades econômicas.

O perigo da adoção de modelos regulatórios recomendados pelo PED e pelas instituições financeiras multilaterais está nesta equação, ou seja, em geral as recomendações implicam na adoção de práticas democráticas, desde que estas não interfiram no funcionamento dos mercados. Dentro desta perspectiva as recomendações apontam para o insulamento das instituições de qualquer forma de intervenção do poder político: judiciário independente, agências regulatórias independentes, Bancos Centrais independentes, etc. A pergunta que fazemos é: independente de quem?

Nada garante que o insulamento destas instituições resulte na diminuição das atitudes oportunistas ou na captura de renda; ao contrário, este insulamento pode deixar as sociedades reféns de grupos de pressão que se apoderem destas instituições e sejam protegidos “pela soberania dos contratos”.

“Para enfatizar a natureza institucional do mercado (...), também é necessário incluir explicitamente a política na sua análise (e não somente na do Estado) e deixar de pretender que ele deve e pode ser “despoliticizado”. Afinal de contas, os mercados são constructos políticos no sentido de que são definidos por uma série de instituições formais e informais que incorporam certos direitos e obrigações, cuja legitimidade (e, por conseguinte, cuja constestabilidade) é, enfim, determinada no reino da política.” (CHANG, 2002:123)

Considerações Finais

“O que é aprisionado e levado para o cárcere, ou acorrentado, não é conquistado, muito embora seja vencido, pois é ainda um inimigo e pode fugir, caso consiga. Aquele que com promessa de obediência recebeu a vida e a liberdade, todavia, então está conquistado e é um súdito, mas não antes.” (HOBBS, 2004:502)

Os elementos que constituem a atual dinâmica do Sistema de Estados parecem reproduzir a velha dinâmica dos ciclos hegemônicos de acumulação, que nos seus momentos de transição geram sentimentos crescentes de risco e incerteza. Estes sentimentos são o caldo de cultura para atitudes oportunistas, manipulações e violência. Estamos diante de um cenário de acirramento das polarizações internas e externas.

Não há no horizonte movimentos que indiquem a construção de um Sistema Internacional fundado no consenso e na decisão compartilhada. As prioridades do novo-constitucionalismo e “neoliberalismo disciplinar” passam longe dos reais problemas que afetam a humanidade: assimetrias de renda, de gênero e raça; desequilíbrios ambientes em alta intensidade; proliferação de armamentos. Muitas vezes, a agenda das instituições multilaterais é dominada por estes temas, que aparecem como simulacros de uma ordem inexistente, apenas retórica. No plano das ações concretas, preponderam as necessidades de acumulação do hegemom.

O novo-constitucionalismo inibe as ações do poder estatal, fundamentalmente na sua capacidade de atender às demandas e necessidades sociais, aumentando por outro lado seu poder coercitivo. Isto gera uma crise de legitimidade das democracias.

“A dinâmica da globalização política e econômica implica, então, a remodelação-reconstituição significativa da soberania e da capacidade de autonomia e de eficácia das políticas públicas dos Estados das sociedades de capitalismo avançado. Porém, o

mais inquietante e grave é que ela também mina a autoridade política desses Estados, agravando os problemas de legitimidade das instituições e práticas democráticas neles enraizados de longa data (como o revelam, aliás, os indicadores de despolitização, desconfiança e dissonância crescentes das populações de distintos países com relação às formas estabelecidas da política convencional). Na verdade, trata-se de duas conseqüências combinadas e cumulativas que decorrem do fato essencial já mencionado: os Estados nacionais estão cada vez mais entreteçados com redes de interação e fluxos de interconexão desterritorializados e de alcance mundial, ao mesmo tempo em que conservam sua condição fundamental de centros territoriais de poder, autoridade e decisão. Assim, as drásticas mudanças que se desenvolvem na organização espacial dos processos econômico e político (mas também cultural e ambiental) provocam impactos profundos na natureza e na forma da comunidade política democrática, como resultado da crescente disjunção entre o *locus* (e os sujeitos) do poder efetivo e o *locus* dos destinatários das decisões e dos mecanismos de *accountability* democrática (...).”(GÓMEZ, 2000:120-121)

No mesmo sentido as instituições construídas para a governança internacional não contribuem para a resolução dos problemas contemporâneos. As instituições de Bretton Woods vêm sendo remodeladas basicamente para atender aos interesses dominantes. A ONU carece de legitimidade, dado seu baixo caráter mandatário e ao insulamento do conselho de segurança, e a OMC obedece aos padrões do novo-constitucionalismo, com concessões pontuais (coerentes com os princípios liberais) aos países menos desenvolvidos.¹⁵

Os apelos à ordem no plano das Relações Internacionais confundem-se aos fundamentalismos e, portanto, carecem de legitimidade. A “ordem”, nos tempos atuais, está associada ou às reações fundamentalistas (resistências reacionárias), ou aos interesses do hegemom em disciplinar o mundo ao seu padrão de consumo e cultura.

O que é mais preocupante e desafiador é que ao contrário de outros períodos de transição na história dos ciclos hegemônicos, hoje nos deparamos com problemas que nos colocam diante de possibilidades limites enquanto espécie. A existência de mecanismos de destruição em massa que podem ser apropriáveis por grupos de fanáticos e a crescente exaustão dos recursos ambientais levada ao extremo da irracionalidade, colocam-nos a emergência de alterações profundas no padrão de acumulação (inclusive transformações técnicas).

Talvez aí, no palco da tragédia, estejam os elementos para a construção de signos de alcance internacional, que possam criar as condições subjetivas para um novo regime de acumulação.

BIBLIOGRAFIA

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

¹⁵ Isto não implica deduzir que não haja espaço para ações coordenadas por parte dos países periféricos e semi-periféricos no sentido de atuar no interior destas instituições. Ao contrário, as recentes ações brasileiras na criação do G-22 e as vitórias parciais do Brasil no caso das patentes de medicamentos contra o HIV, nos subsídios dos EUA ao algodão e nos subsídios ao açúcar por parte da União Européia, são elucidativos de que é possível estabelecer estratégias de disputa dentro dos marcos da governança internacional. Estas estratégias podem ser favorecidas por disputas entre as frações da classe capitalista no interior dos *core states*.

BOYER, R. “Economia e História: caminhando para novas alianças?”. In REGULAÇÃO ECONÔMICA e GLOBALIZAÇÃO (orgs. THERET, B. e BRAGA, José Carlos de S.). Campinas, SP: Unicamp.IE, 1998.

BRAGA, Jose Carlos de Souza. Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado. In ESTADOS E MOEDAS NO DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES (FIORI, J. L. org). Petrópolis – RJ: Vozes, 2 ed., 1999.

BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. O tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. BRAGA, Jose Carlos de Souza. Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado. In ESTADOS E MOEDAS NO DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES (FIORI, J. L. org). Petrópolis – RJ: Vozes, 2 ed., 1999.

CARNEVALI, G. A teoria da política internacional em Gramsci. In GRAMSCI, ESTADO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (MEZZAROBBA, O. org.): Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a Escada – a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. “Rompendo o modelo. Uma economia política institucionalista alternativa à teoria neoliberal do mercado e do Estado.” In BRASIL, MÉXICO, ÁFRICA DO SUL, ÍNDIA E CHINA: diálogo entre os que chegaram depois (orgs.: ARBIX, GLAUCO et al.), São Paulo: Editora UNESP: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

COELHO, Jaime Cesar. Economia, poder e influência externa: o Grupo Banco Mundial e os programas de ajustes estruturais na América Latina, nas décadas de oitenta e noventa. Campinas – SP: s.n., 2002.

DUPAS, Gilberto. Atores e poderes na nova ordem global. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EVANS, P. “The Challenges of the `Institutional Turn`: New Interdisciplinary Theory.” Paper Submitted for Volume on The Economic Sociology of Capitalist Institutions, June 24, 2002. University of California, Berkeley and Russell Sage Foundation.

_____. Autonomia e Parceria – Estados e transformação industrial. Rio de Janeiro, ed. UFRJ, 2004.

FIORI, José Luís. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In POLARIZAÇÃO MUNDIAL E CRESCIMENTO (FIORI, J. L. e MEDEIROS, C. A. orgs). Petrópolis – RJ: Vozes, 2001.

_____. Formação, expansão e limites do poder global. In O PODER AMERICANO (FIORI, J. L.). Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

GILL, Stephen. The constitution of global capitalism. (www.theglobalsite.ac.uk: 2000)

_____. Gramsci, Modernity and Globalization. International Gramsci Society Online Article, January 2003.

_____. Grand strategy and world order: a neo-gramscian perspective. Published by International Security Studies at Yale, 2003 (b).

GOMÉZ, José María. Política e democracia em tempos de globalização. Petrópolis – RJ: Vozes/Clacso/LPP, 2000.

GOWAN, P. A calculus of power. In NEW LEFT REVIEW, n. 16, july-aug, 2002.

GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 ed., 1988.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

HARDT, M. e NEGRI, A. Império. Rio de Janeiro: Record, 3 ed, 2001.

HOBBS, T. Leviatã. São Paulo, Martin Claret, 2004.

HODGSON, Geoffrey Martin. Economics and Institutions. Philadelphia (EUA), University of Pennsylvania Press, 1988.

KINDLEBERGER, C. Manias, pânico e crashes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2 ed., 2000.

- LENIN. El imperialismo, fase superior del capitalismo. In LENIN: OBRAS ESCOGIDAS(tomo V). URSS: Editorial Progreso, 1976.
- MARX, K. O manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Global, 4 ed., 1984.
- MORAES, Reginaldo C.. Neoliberalismo - Da Onde Vem para Onde Vai, São Paulo, Senac, 2001.
- PESSOA, F. Ficções do Interlúdio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- POLANYI, Karl. A Grande Transformação – as origens da nossa época. Rio de Janeiro, 2. ed., Campus, 2000.
- RODRIG, Dani. “Estratégias de desenvolvimento para o novo século.” In BRASIL, MÉXICO, ÁFRICA DO SUL, ÍNDIA E CHINA: diálogo entre os que chegaram depois (orgs.: ARBIX, GLAUCO et al.), São Paulo: Editora UNESP: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- ROMANO, R. Soberania, segredo e estado democrático. In POLÍTICA EXTERNA: São Paulo: Paz e terra, vol. 13, n.1, junho-julho-agosto 2004.
- TEIXEIRA, A. Estados Unidos: a “curta” marcha para a hegemonia. In ESTADOS E MOEDAS NO DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES (FIORI, J. L. org). Petrópolis – RJ: Vozes, 2 ed., 1999.
- TILLY, Charles. Coerção, Capital e Estados Europeus. São Paulo: Edusp, 1996.
- TORRES F., Ernani Teixeira. Japão: da industrialização tardia à globalização financeira. In ESTADOS E MOEDAS NO DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES (FIORI, J. L. org). Petrópolis – RJ: Vozes, 2 ed., 1999.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C.. Teoria e História. Notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglas North. Campinas, 2001, mimeo.
- _____. Um outro olhar: sobre a análise gramsciana das organizações internacionais. Campinas – SP: IFCH/Unicamp, Primeira Versão n.79, 1998.
- _____. Democracia e ordem internacional: reflexões a partir de um país grande semiperiférico. Campinas – SP: IFCH/Unicamp, Primeira Versão n. 103: 2002.
- _____. Restructuring World Economy: arguments about “market-oriented reforms” in developing countries. IFCH/Unicamp, Primeira Versão n. 68, 1997.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 01/07 - MATTEI, Lauro Francisco e VENTURI, Aline Zeli. *Evolução do Emprego Formal em Santa Catarina.*

Nº 02/07 - LINS, Hoyêdo Nunes. *Geometrias do Embate Social na Bolívia do Século XXI.*

Nº 03/07 - MATTEI, Lauro Francisco e ALVES, Pedro Assumpção. *Migrações no Oeste Catarinense: História e Elementos Explicativos.*

Nº 04/07 - MATTEI, Lauro Francisco. *Mudanças nas ocupações Rurais no Estado de Santa Catarina no Limiar do Século XXI.*

Nº 05/07 - CÁRIO, Sílvio Antônio Ferraz, VASQUEZ, Felipe Ferraz e ENDERLE, Rogério Antônio. *Estrutura e Padrão de Concorrência da Indústria de Cerâmica de Revestimento Brasileira: características competitivas e limites ao desenvolvimento.*

Nº 06/07 - COELHO, Jaime César. *Terra em Transe: Hegemonia e (Des)ordem no Sistema de Estados.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88.049-970 – Florianópolis - Santa Catarina
Tel.: (48) 3721.9458 – Fax (48) 3721.9776
www.cse.ufsc.br/gecon